ATA DE AUDIÊNCIA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove (09/09/2009), às 09h00min, conforme Edital nº CR-07/2009, publicado em 01/09/2009, à página 01, e extrato afixado em local próprio na Vara, o Exmo. Sr. Desembargador Federal do Trabalho **NILDEMAR DA SILVA RAMOS**, Corregedor Regional Auxiliar da Justiça do Trabalho da 15ª Região, em cumprimento a disposições legais e regimentais, instalou a Correição Ordinária na sede da 3ª Vara do Trabalho de Campinas, situada na Avenida José de Souza Campos, 422 - Campinas-SP, auxiliado por Ayrton Rocha, Marcelo Mendes Murat, Rovilson Carneiro, Artaxerxes Ribeiro Fernandes e Paulo Roberto Carneiro. Presentes o MM. Juiz do Trabalho Titular, Dr. Wilton Borba Canicoba, embora atuando no E. TRT e a MM. Juíza Substituta, Dra. Ana Flávia de Moraes Garcia Cuesta. Presentes, também, o Sr. Vlademir Nei Suato, Diretor de Secretaria e demais servidores. Passou-se ao exame do que segue:

1. LIVROS OU REGISTROS:

1.1 - DE CARGA DE AUTOS: Verificação de cargas abertas e prazos excedidos. Vistados **19** volumes, a partir de 13/03/2007, fl. 26, carga nº 1251/2007, do 2º Volume do respectivo ano, até o último registro em 09/09/2009, fl. 10, carga nº 6140/2009, do 4º Volume do corrente ano;

1.2 - DE CARGA DE PROCESSOS PARA EXTRAÇÃO DE CÓPIA REPROGRÁFICA: Verificação de cargas abertas. Vistados **13** volumes, a partir de 13/03/2007, fl. s/n, carga do processo nº 1220/2002, do 1º Volume do respectivo ano, até o último registro em 09/09/2009, fl. s/n, carga do processo nº 1725/2008, do 3º Volume do corrente ano;

1.3 - DE CARGA DE AUTOS A JUÍZES: Verificação de cargas abertas. Vistados **05** volumes, a partir de 12/03/2007, fl. 04, carga nº 40/2007, do 1ª Volume do respectivo ano, até o último registro em 01/09/2009, fl. 40, carga nº 800/2009, do 2º Volume do corrente ano;

1.4 - DE PONTO DOS SERVIDORES: Verificação do cumprimento do artigo 2º, da Resolução Administrativa 4/1998; artigo 146, da Resolução Administrativa nº 2/2005 e Resolução Administrativa nº 3/2006;

1.5 - DE ATAS E TERMOS DE POSSE E EXERCÍCIO: Vistado **01** volume, a fl. 33vº, sem nenhuma ocorrência desde a Correição Ordinária de 13/03/2007.

2. PASTAS - Verificação da regularidade formal:

Guias de Retirada de 2007 a 2009;
 Alvarás de 2007 a 2009;
 Mandados Expedidos de 2007 a 2009;
 Boletins Estatísticos de Janeiro/2007 a Agosto/2009;
 Agendas de Audiência de 2007 a 2009.

3. PAUTA DE AUDIÊNCIAS:

PROC. AJUIZADOS EM 2009 ATÉ 03/09	Nº DE SESSÕES (DIAS) REALIZADAS NO ANO DE 2009 ATÉ 03/09	AUDIÊNCIAS	MÉDIA DIÁRIA EM PAUTA	PRIMEIRA VAGA NA PAUTA	DIAS ENTRE A DATA DA CORREÇÃO E A 1ª VAGA NA PAUTA	DIAS DA SEMANA EM QUE HÁ SESSÕES	PERÍODO DO DIA EM QUE SÃO REALIZADAS AUDIÊNCIAS
(1) 1209	166	URS	04	23/11/2009	75	2ª a 5ª	Tarde
		URO	04	30/11/2009	82	2ª a 5ª	Tarde
INSTR.		03	26/11/2009	78	2ª a 5ª	Tarde	
(2) 1397		JULG. (3)	-	-	-	-	-
		EXEC.(4)	12	14/10/2009	35	GAEX	Tarde

Obs.:

(1) Quantidade de Processos, já excluídas as Cartas Precatórias, Cartas de Ordem e Processos Recebidos de Outros Órgãos já solucionados;

(2) Processos ajuizados, sem exclusão das Cartas Precatórias, Cartas de Ordem e Processos Recebidos de Outros Órgãos já solucionados;

(3) Não há pauta de julgamentos e a ciência às partes se dá nos termos do Enunciado 197 do C. TST;

4. SITUAÇÃO DOS SERVIDORES:**4.1 LOTACÃO:**

OFICIAIS	SERVIDORES DO QUADRO INCLUINDO O DIRETOR	CEDIDOS POR OUTROS ÓRGÃOS À VARA	TOTAL	ESTAGIÁRIOS
-X-	13	1, pelo E. TRT da 9ª Região e 1, pelo E. TRT da 2ª Região	15	02

4.2 SERVIDORES CEDIDOS PARA OUTROS ÓRGÃOS: há uma servidora cedida para o Grupo de Apoio;

4.3 PLANTÃO DOS SENHORES OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES: o Fórum Trabalhista de Campinas conta com Central de Mandados.

5. APURAÇÃO DE PRAZOS MÉDIOS:**5.1 CONHECIMENTO (CNC, Capítulo “PRCO”, art. 1º):**

Realizada, nesta oportunidade, com **716** processos cadastrados, sendo **187** de rito sumaríssimo e **529** de rito ordinário, não sendo detectada qualquer anormalidade no que se refere ao prazo das tramitações.

Apurou-se, ainda, que dentre os processos cadastrados, **320** foram julgados em menos de **12** (doze) meses - autuados após **01/09/2008**.

5.2 EXECUÇÃO (CNC, Capítulo “PREX”, art. 1º):

A apuração foi realizada, nesta oportunidade, envolvendo **664** processos, constatando-se que os prazos de tramitação demonstram compatibilidade com a demanda processual do órgão.

6. CONSTATAÇÕES:

6.1. foram inspecionados, por amostragem, diversos autos em que foram expedidos mandados, cartas precatórias executórias, guias de retirada e alvarás; verificou-se que a Secretaria expediu esses documentos com celeridade compatível com a demanda processual deste Órgão; ademais, o Juízo profere despachos/decisões com força de Mandado, bem como utiliza a ferramenta que permite a remessa eletrônica de Cartas Precatórias;

6.2. Constatou-se a seguinte situação relativa aos serviços e controles da Secretaria em **03/09/2009**:

	QUANTIDADE	SITUAÇÃO	DATA MAIS ANTIGA (protocolo, determinação, carga, prazo vencido etc.)
a)	0	Iniciais para autuar	-
b)	8	Processos para incluir em pauta de inicial/uma	31/08/2009
c)	0	Processos para expedir notificação (exceto INSS)	-
c.1)	0	Processos para expedir notificação (somente INSS)	-
d)	0	Processos para expedir mandados diversos	-
e)	0	Processos para expedir guia de retirada	-
f)	0	Processos para expedir alvará	-
g)	0	Processos para designar hasta pública	-
h)	0	Processos para expedir carta precatória executória	-

CORREGEDORIA REGIONAL - 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

i)	Processos para remeter ao Eg. TRT (considere desde a data em que os autos ficaram a disposição da Secretaria para as providências da CNC, Capítulo “REM”, artigo 1º, seja em razão da juntada da resposta do recorrido, seja em razão do decurso do prazo para tal ato):		
i.1	0	Recurso ordinário do rito comum	-
i.2	0	Recurso ordinário do rito sumaríssimo	-
i.3	0	Agravo de instrumento	-
i.4	0	Agravo de petição	-
j)	0	Processos com o Assistente de Cálculos:	-
l)	396	Processos pendentes de certidão de prazo vencido	10/08/2009
m)	0	Processos para consulta ao Bacen-Jud	-
m.1)	0	Processos para confirmação de bloqueio Bacen-Jud	-
n)	107	Petições pendentes de despacho	03/09/2009
o)	0	Petições pendentes de juntada	-
p)	136	Diligências em poder dos Oficiais de Justiça	01/04/2009
q)	0	Processos aguardando confecção de ofícios diversos	-
r)	0	Processos aguardando confecção de certidões diversas	-
s)	298	Processos aguardando revisão para baixa	11/05/2009

6.3. dentre os processos analisados foram detectadas a realização de **11 (onze)** audiências de tentativa de conciliação na Execução; Além disso, conforme se verifica no **item 3, desta Ata**, há pauta específica para tentativa de conciliação em processos na fase de execução, realizadas pelo GAEX – Grupo de Apoio à Execução, instituído pela Portaria GP-CR 08/2009, voltado, exclusivamente, para os processos na fase de execução, que atuará neste Fórum até o mês de dezembro do corrente ano;

6.4. constatou-se, com relação ao índice de conciliações nos Boletins Estatísticos, já excluídas as Cartas Precatórias, Cartas de Ordem e Processos Recebidos de Outros Órgãos já solucionados, o seguinte:

ANO	RECLAMAÇÕES AJUIZADAS	CONCILIAÇÕES HOMOLOGADAS	PERCENTAGEM CONCILIAÇÕES
2007 ⁽¹⁾	1618	709	43,81
2008	1662	563	33,87
2009 ⁽²⁾	1238	385	31,09

Obs.:

(1) A última Correição Ordinária foi realizada de **12/03 a 29/03/2007**, porém os dados apresentados referem-se ao ano inteiro;

(2) Boletins Estatísticos de **janeiro a agosto de 2009**, mais os dados fornecidos pela Secretaria nesta data.

6.5. constatou-se, quanto ao saldo de processos em tramitação, o seguinte (dados fornecidos pela Secretaria da Vara relativos ao dia **03/09/2009**):

CONHECIMENTO	2236
EXECUÇÃO (1)	3095
TOTAL	5331

Obs.:

(1) Este item inclui a quantidade de processos pendentes de execução (1773), o saldo de processos no “arquivo provisório” (763) e os processos pendentes de execução de contribuição previdenciária (559).

6.6. IMÓVEL, INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÕES DIVERSOS: Nesta oportunidade, foi preenchido o formulário constante do anexo único da Ordem de Serviço CR nº 01/2006; **a Secretaria da Corregedoria deverá encaminhar o formulário à D. Presidência;**

6.7. constatou-se, nesta oportunidade, a existência, em locais apropriados, de caixas coletoras de sugestões, bem como de cartazes orientadores sobre a atuação da Ouvidoria do E. TRT/15ª Região;

6.8. O Exmo. Corregedor Auxiliar deu ciência ao Sr. Diretor de Secretaria, dos termos do Ofício nº 286/2009-GP, que trata dos custos de energia elétrica e despesas com correio nas Unidades de 1ª Instância;

7. ORIENTAÇÕES:

7.1. diante da experiência produtiva constatada em outras Varas, recomenda-se que, esgotados os meios para o regular prosseguimento da execução, inclusive com a utilização das ferramentas eletrônicas disponíveis, o Juízo determine a expedição e remessa de certidão de débito ao Tabelionato de Protestos;

7.2. diante de constatação anterior, realizada pelo Gabinete do Exmo. Corregedor Auxiliar, na disparidade do excessivo lapso temporal entre a determinação de remessa de processos para apreciação de recursos, ou a aplicação do artigo 162, § 4º, do CPC para juntada de contra-razões ou contraminuta e o recebimento e autuação pela Corte Superior, recomenda-se às Varas do Trabalho que lavrem certidão atestatória da efetiva data de envio dos autos ao E. TRT;

7.3. nesta oportunidade, a fim de dar cumprimento à determinação expressa da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho contida no item 4.3, 2º item, alínea “b.1”, da Ata da Correição Ordinária realizada no E. TRT da 15ª Região, no período de 29/09 a 03/10/2008, foram examinados **10 (dez)** processos que se encontram no “arquivo provisório”, verificando-se que alguns deles comportam providências para prosseguimento e outros podem ser encerrados; **considerações a respeito serão lançadas em item específico;**

7.4. consultando-se os Livros de Carga a Juízes, o Sistema Informatizado e os boletins estatísticos, constatou-se que há **35 (trinta e cinco)** cargas em aberto, sendo que deste total, **01 (uma)** refere-se ao MM. Juiz Substituto, Dr. Décio Umberto Matoso Rodovalho, com carga em 04/08/2009, **01 (uma)** refere-se a MM. Juíza Substituta, Dra. Josefina Regina de Miranda Geraldi, com carga em 03/08/2009, **03 (três)** referem-se a MM. Juíza Substituta, Dra. Ana Flávia de Moraes Garcia Cuesta, com carga mais antiga em 02/09/2009, **03 (três)** referem-se a MM. Juíza Substituta, Dra. Maria Flávia Roncel de Oliveira Alaite, com carga mais antiga em **12/02/2009**, **03 (três)** referem-se ao MM. Juiz Substituto, Dr. André Luiz Menezes de Azevedo Sette, com carga em 13/08/2009 e **01 (uma)** refere-se ao MM. Juiz Substituto, Dr. Saint-Clair Lima e Silva, com carga em 27/07/2009, **02 (duas)** referem-se ao MM. Juiz Substituto, Dr. Aparecido Batista de Oliveira, com carga mais antiga em 20/07/2009, **05 (cinco)** referem-se a MM. Juíza Substituta, Dra. Adriana Custódio Xavier de Camargo, com carga mais antiga em 08/07/2009, **02 (duas)** referem-se ao MM. Juiz Substituto, Dr. Paulo César dos Santos, com carga mais antiga em **13/04/2009**, **12 (doze)** referem-se ao MM. Juiz Substituto, Dr. Paulo Eduardo Belloti, com carga mais antiga em **20/04/2009**, **01 (uma)** refere-se a MM. Juíza Substituta, Dra. Camila Ceroni Scarabelli, com carga em 27/08/2009 e **01 (uma)** refere-se ao MM. Juiz Substituto, Dr. Marcelo Chaim Chofi, com carga em 07/08/2009;

7.5. a ausência da identificação de cópia nos documentos expedidos é falha que deve ser evitada, como ocorreu nas Pastas de Alvarás, Guias de Retirada e Mandados dos anos de 2007, 2008 e 2009 (**vide Ata da Correição de 2007 – item 7.6**);

7.6. que os Livros e Registros Oficiais sejam, **sempre**, preenchidos com caneta azul ou preta, o que não ocorreu no Livro de Ponto dos Servidores de 2009; aplica-se, na hipótese e, por analogia, o **artigo 169, do CPC**;

7.7. reitera-se a orientação para que nos Livros e Registros Oficiais sejam sempre inutilizadas as linhas não preenchidas, o que não ocorreu nos Livros de Ponto dos Servidores de 2007, 2008 e 2009 (**vide Ata da Correição de 2007 – item 7.10**);

7.8. reitera-se a orientação anterior, para que as folhas dos Livros e Registros Oficiais sejam sempre devidamente numeradas e rubricadas, o que não ocorreu no Livro de Ponto dos Servidores de 2009, nos Livros de Carga Rápida de 2007 a 2009, em que as folhas não foram numeradas e rubricadas (**vide item 7.14 da ata da Correição anterior**);

7.9. a ausência de identificação do servidor nos atos processuais é falha que deve ser evitada, como ocorreu nos Livros de Carga a Advogados e Peritos de 2007, no Livro de Carga a Juízes e nos Livros de Carga Rápida de 2007 e 2008, cujo campo destinado à assinatura deve ser, sempre, preenchido e identificado, através de carimbo ou outro meio (**vide item 7.9 da ata da Correição anterior**);

7.10. reitera-se a orientação para que nos Termos de Abertura dos Livros ou Registros Oficiais não haja a determinação do número de folhas, devendo constar apenas que o livro será composto por folhas avulsas que serão acrescentadas ao livro à medida em que forem utilizadas, bem como que serão numeradas e rubricadas (**artigos 3º e 4º, do Capítulo “LIV”, da CNC**); no Termo de Encerramento, então, haverá o registro do número de folhas que o livro efetivamente contenha (**vide item 7.17 da ata da Correição anterior**);

7.11. reitera-se a orientação no sentido de que a ausência da assinatura do advogado/perito nos Livros de Carga é falha que não deve se repetir, como o que ocorreu nos Livros de Carga a Advogados e Peritos de 2007; no caso concreto, houve devolução dos processos, mas poderia não ter ocorrido, causando dificuldade para comprovar a retirada dos autos;

7.12. reitera-se a orientação no sentido de que no Livro de Carga a Juízes seja, **sempre**, colhida a **assinatura** do Juiz (Titular ou Substituto) no campo próprio, **com data e devida identificação**, no momento da realização da carga e entrega dos autos (**vide CNC, Capítulo “CARG”, artigos 7º e 8º**); observar-se-á, quando for a hipótese, o disposto no **§2º, do artigo 7º, do Capítulo “CARG”, da CNC** (vide Livro de Carga a Juízes, cargas de 2009 n.ºs 51, 64, 93 e 449 – por amostragem, em que não há a assinatura dos Juizes) (**vide Ata da Correição Ordinária de 2008 – item 7.12**);

7.13. após consulta ao sistema BACEN-JUD, realizada nesta data, não foram detectadas pendências passíveis de providências;

7.14. o Relatório de Prazos da Corregedoria – Fase de Conhecimento – Processos cadastrados entre 01/09/2008 a 03/09/2009 apresenta prazos exagerados para a entrega do laudo pericial (**361** dias para os autos de rito ordinário e **716** dias para os autos submetidos ao rito sumaríssimo); assim, em que pesem as dificuldades naturais desse procedimento, **recomenda-se** ao Juízo que atente para a situação ora exposta, uma vez que há indícios de que possa haver registro incorreto de datas;

7.15. em relação aos processos enquadrados no movimento denominado “META 2”, constatou-se, nesta data, que a Unidade possui, sem solução, o saldo de **43 (quarenta e três)** processos ajuizados até 31/12/2005, dos quais foram vistados **11 (onze)**, a seguir relacionados: **1704/2004** – apto para julgamento a partir de 21/08/2009; **1620/2005** – apto para julgamento a partir de 21/08/2009; **1200/2005** – apto para julgamento a partir de 21/08/2009; **1415/2004** – às fls. 553 foi proferido despacho, datado de 21/08/2009, determinando a conclusão dos autos à MM. Juíza que colheu os depoimentos das partes, para julgamento; **290/2004** – o requerente formulou a desistência por perda do objeto, estando em curso prazo para manifestação da requerida; **1259/2005** – designada audiência de instrução para 16/09/2009 – fls. 250; **1184/2005** – designada audiência de conciliação para o dia 14/09/2009 e, caso não alcançada, designada instrução para 13/10/2009; **1054/2005** - designada audiência de conciliação para o dia 16/09/2009 e, caso não alcançada, designada instrução para 14/10/2009, **1993/2004** – designada audiência de conciliação para o dia 16/09/2009 e, caso não alcançada, designada instrução para 05/10/2009; **354/2003** – designada audiência de conciliação para o dia 16/09/2009 e, caso não alcançada, designada instrução para 20/10/2009 e **1359/2004** - designada audiência de conciliação para o dia 17/09/2009 e, caso não alcançada, designada instrução para 20/10/2009; o Exmo. Desembargador Federal do Trabalho, Corregedor Regional Auxiliar conversou com o MM. Juiz Titular sobre a tramitação dos autos em comento e solicitou empenho a fim de que seja dado cumprimento ao movimento em questão;

7.16. constatou-se no processo nº **1586/2003**, excessiva demora entre o depósito parcial de fls. 242, datado de **20/06/2008** e a liberação de valores ocorrida somente em **03/08/2009** – fls. 278; a fim de evitar a repetição de atos, como o constatado às fls. 261/265, em que o valor bloqueado não satisfaz o valor integral da execução, porque não atualizado, **reitera-se o item 7.27 da ata da Correição anterior**, no sentido de evitar a ineficácia da execução, uma vez que o montante informado na respectiva ordem não foi atualizado, **recomenda-se** ao Juízo que atualize os valores dos débitos quando das determinações de penhoras, mesmo as realizadas mediante o Sistema Bacen-Jud; na impossibilidade, diante do alegado volume de serviços, **sugere-se** que, com bom senso, os valores sejam aproximados aos atuais, mediante estimativa, levando em conta a expectativa de correção monetária e juros;

7.17. que seja sempre observada a **CNC, Capítulo “ALV”, artigo 4º**, devendo constar nas guias de retirada e alvarás o CPF/CNPJ do beneficiário, o que não ocorreu no processo nº **1586/2003**, fls. 278 – por amostragem;

7.18. uma vez atingida a sua finalidade, não há necessidade de que permaneçam nos autos as mídias fornecidas pelas partes para confecção de editais, que podem ser devolvidas (vide processo nº **482/2005**);

7.19. solicitado, nesta oportunidade, o processo nº **986/2003** para análise, verificou-se que os autos não foram localizados na Secretaria, sendo certo que seu último andamento registra que aguardava prazo para manifestação da União em 13/05/2009; **a Secretaria da Corregedoria deverá ser informada, em 30 (trinta) dias, sobre o paradeiro dos autos e as providências adotadas no caso de insucesso nas buscas;**

7.20. que todos os Atos, Termos e Certidões lançados nos autos sejam totalmente preenchidos, datados e assinados pelo servidor que os lançou, o que não ocorreu nos processos nºs **1507/2008** – fls. 406vº e **275/2007** – fls. 122

7.21. que os seguintes processos sejam levados à conclusão, **para as deliberações que entender de direito:**

7.21.1. nº **1111/2001**, ante a ineficácia da notificação de fls. 309, postada para o mesmo endereço daquela de fls. 300, devolvida com a informação “MUDOU-SE”;

7.21.2. nº **2122/2003**, para que seja cancelada a guia de retirada de fls. 559, devolvida pela executada, uma vez que é passível de desentranhamento para uso indevido; idem, em relação ao processo nº **482/2005**, quanto ao alvará de fls. 109 e 110;

7.21.3. nº **462/2006**, para prosseguimento, tendo em vista que, intimada para pagamento, a executada nomeou os bens de fls. 542/545, rejeitados através do r. despacho de fls. 546;

7.21.4. nº **1337/2009** para que sejam adotadas providências quanto aos cheques encartados às fls. 10/13, procedendo-se a substituição por cópias, tendo em vista que são passíveis de desentranhamento para uso indevido;

7.21.5. nºs **349/2005** e **1190/1998**, para que sejam regularizados os atos processuais de fls. 582 e 424, respectivamente, colhendo-se assinaturas dos magistrados e/ou serem ratificados pelo MM. Juiz da Vara;

7.21.6. nº **482/2005**, para prosseguimento, utilizando-se das ferramentas eletrônicas de efetividade da execução, eis que a ordem de bloqueio de fls. 127 foi realizada em **26/08/2008**;

7.21.7. nº **2528/2003**, para prosseguimento, tendo em vista que paralisados desde 02/07/2007, fls. 233;

7.21.8. nºs **438/2004**, **1672/2004** e **1552/2004**, tendo em vista que se encontram no “arquivo provisório”, paralisados em decorrência de ausência de cálculos previdenciários, os quais são passíveis de prosseguimento através de perícia contábil ou elaboração pelo assistente de cálculos;

7.22. as determinações contidas nos **itens 7.24, 7.28, 7.30, 7.35 e 7.38**, da Ata da Correição anterior, por amostragem, em relação aos processos nºs **881/2003, 1190/2004, 588/1990, 579/2005 e 800/2003**, foram devidamente cumpridas;

7.23. em 120 (cento e vinte) dias o juízo deverá oficial à D. Corregedoria Regional informando sobre o cumprimento das determinações desta ata, de forma discriminada;

7.24. determina-se que os processos constantes desta ata de correição, para os quais haja constatação, recomendação ou determinação, sejam levados à conclusão para as providências cabíveis.

8. GERAL - Dentre outros objetivos da Justiça do Trabalho da 15ª Região, é preciso que os Juízes de primeiro grau procurem obter a progressiva diminuição da expressiva quantidade de processos em execução. Para isso, o Exmo. Corregedor Auxiliar **ênfatiza a recomendação** de que haja o **esgotamento** das iniciativas do Juiz da execução para torná-la frutífera, mediante o manejo de todas as ferramentas e convênios disponíveis para lograr obter dados dos executados e/ou bens passíveis de penhora, inclusive e principalmente, numerário, além da realização de maior quantidade de audiências para tentativa de conciliação. Ademais, dando cumprimento ao **artigo 18 da Consolidação dos Provedimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho** e complementando as apurações já registradas nesta ata, orienta-se o Juízo para que mantenha a observância do respectivo **Inciso I**, no que tange ao pronunciamento explícito acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição; com relação ao **Inciso II** daquele dispositivo, são realizadas audiências de segunda a quinta-feira (**quadro 3, desta**

ata), e não foram detectadas circunstâncias que demonstrassem falta de assiduidade dos Magistrados. Com relação ao **Inciso III**, os dados encontram-se também no **quadro 3 desta ata**; com relação ao **Inciso IV**, considerações foram lançadas no **item 5, desta Ata**; com relação ao **Inciso V, letra “a”**, o Exmo. Corregedor Auxiliar manteve durante os trabalhos diálogo com o MM. Juiz Titular e o Sr. Diretor de Secretaria sobre a busca para a **resolução** dos processos de execução, que neste Órgão atinge, nesta data, o saldo de **3095** processos, incluindo as execuções de verbas trabalhistas, previdenciárias e aqueles aguardando em “arquivo provisório”; de modo que esta Corregedoria tem a convicção de que o Órgão logrará êxito na drástica redução do saldo de execução, inclusive mediante a revisão dos processos no “arquivo provisório”; nestes, quando esgotadas sem êxito as providências para o encerramento da execução, o Juízo poderá expedir e entregar uma certidão detalhada do crédito do exequente e arquivar o feito definitivamente, observando, neste momento, o disposto no **artigo 78, parágrafo único, da citada consolidação**; com relação à **letra “b”**, não foram verificadas irregularidades; com relação à **letra “c”**, constatou-se que as ferramentas eletrônicas de efetividade da execução (**BACEN-JUD, RENAJUD e INFOJUD**) são utilizadas com frequência; com relação à **letra “e”**, não foram detectadas situações de descumprimento; com relação à **letra “g”**, recomenda-se ao Juízo que continue a incluir em pauta processos na fase de execução, visando à conciliação, assim como foi detectado em vários dos autos examinados com excelentes resultados; com relação à **letra “h”**, não foram detectadas situações de descumprimento; com relação à **letra “i”**, comunica-se ao Juízo a orientação da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, no sentido de que haja a citação dos sócios nos casos de desconsideração da personalidade jurídica da executada; finalmente, registra-se que o Órgão cumpriu as orientações consignadas na Ata da Correição anterior, conforme inspeção de diversos processos solicitados nesta oportunidade e as exceções foram reiteradas em itens específicos.

9. AUTOS – Retirados de arquivos diversos, foram examinados **103** autos em diversas situações processuais, dos quais **85** em execução (**10** no “arquivo provisório”), todos a seguir relacionados:

9.1. Autos retirados do “Arquivo Provisório”:

NÚMEROS DOS PROCESSOS									
1990	723								
1991	819								
1996	1322								
1997	1475								
1998	918								
1999	514	743							
2004	1672	438	1552						

CORREGEDORIA REGIONAL - 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

9.2. Autos na Fase de Execução, (em tramitação):

ANO	NÚMEROS DOS PROCESSOS								
1990	588								
1995	616								
1996	1950								
1997	101	543	1952						
1998	1190								
1999	2196	1528							
2000	1842								
2001	89	2178	656	1125	1111	1011	130	1244	812
2002	1752								
2003	1153	2122	1586	339	2152	2438	244	168	881
	2528	800	1576						
2004	2093	1731	1173	2200	1744	1307	1190	1504	
2005	620	1271	292	867	625	686	489	349	482
	579	450							
2006	710	1075	1158	468	683	462	331	127	179
	704	112							
2007	58	275	1826	838	212	1194			
2008	1169	15	760						
2009	322	1359	1370	1337					

9.3. Demais autos:

ANO	NÚMEROS DOS PROCESSOS								
2003	354								
2004	1704	1415	290	1993	1359				
2005	71	1620	1200	1259	1184	1054			
2007	1213								
2008	1507	949							
2009	847	1047	1231						

10. ENCERRAMENTO - Em todos os Livros, Pastas e Autos examinados foram apostos "**VISTOS EM CORREIÇÃO**". Após consignar seu agradecimento pela atenção dispensada por parte de todos e, nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Desembargador Federal do Trabalho, Corregedor Regional Auxiliar, às 19h00min, declarou o encerramento dos trabalhos desta correição e da presente ata que eu, _____(a)_____, *Ayrton Rocha*, Assessor da Corregedoria Regional, subscrevo.

(a)
NILDEMAR DA SILVA RAMOS
Desembargador Federal do Trabalho
Corregedor Regional Auxiliar

Recebi cópia da ata,
Campinas, 09/09/2009.

(a)
Vlademir Nei Suato
Diretor de Secretaria